

Crescimento acelerado

João Saboia

• A divulgação dos números excepcionais da economia brasileira no primeiro trimestre do ano não chega a surpreender. Aqueles que acompanham o dia a dia da economia já sabiam que recordes seriam quebrados. A razão principal é a comparação com o primeiro semestre de 2009 quando o país estava no "fundo do poço", por conta da crise internacional.

O crescimento de 9%, quando comparado o primeiro trimestre deste ano com igual período do ano passado, irá diminuindo ao longo do ano na medida em que a comparação for feita com os demais trimestres, especialmente com o segundo semestre de 2009, quando a economia encontrava-se em plena recuperação. Portanto, o mais provável é que ao final do ano tenhamos algo pró-

ximo de 6%, o que não deixa de ser um resultado excelente para o Brasil, que não estava mais acostumado com taxas de crescimento econômico desta magnitude.

Uma das melhores notícias vindas junto com os números divulgados pelo IBGE foi o crescimento dos investimentos (medidos pela formação bruta do capital fixo) que atingiu incríveis 26% na comparação com o primeiro trimestre de 2009. Com isso, a taxa de investimento do país atingiu 18% do PIB, número semelhante ao obtido no período pré-crise. Embora seja ainda uma taxa de investimento relativamente baixa para as necessidades do país, é extremamente positiva a confirmação da retomada dos investimentos, necessária para enfrentar eventuais pressões inflacionárias provocadas pelo aumento da demanda e possível redução da ca-

pacidade ociosa da indústria.

A força do mercado interno do país foi confirmada com o crescimento de 9,3% do consumo das famílias na mesma comparação com o primeiro trimestre de 2009. Por sinal, foi graças ao mercado interno que o Brasil pôde se recuperar rapidamente dos efeitos da crise internacional ao longo do ano passado.

O lado negativo, já conhecido anteriormente, é o forte aumento das importações, compensado apenas parcialmente pelo crescimento das exportações — 39,5% e 14,5%, respectivamente, na comparação com o primeiro trimestre de 2009. Com isso, a conta corrente do país tem se tornado cada vez mais deficitária. Seu financiamento, entretanto, não tem apresentado maiores problemas, na medida em que a entrada de capitais tem sido suficien-

te para cobrir o déficit, mantendo elevado o nível de reservas internacionais.

As perspectivas para o resto do ano são relativamente favoráveis. A inflação começa a dar sinais de arrefecimento. A economia continuará crescendo, apesar da política do Banco Central de continuidade de aumento da taxa básica de juros. A taxa de desemprego deve continuar em queda. As maiores incertezas estão na esfera internacional, na medida em que há fortes sinais de retomada da crise internacional a partir dos países da zona do euro. Mais uma vez, o mercado interno será nossa principal garantia para o enfrentamento das crises que vêm de fora do país.

JOÃO SABOIA é diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ)

BATENDO NO TETO: *Governo admite rever previsão do PIB de 5,5% para até 6,5% em 2010. Mantega reage com cautela*

Lula: Brasil merecia crescimento 'exuberante'

Presidente lembra que foi 'esculhambado' quando dizia que crise seria 'marolinha'. Meirelles destaca investimentos

Isabela Martin, Martha Beck e
Patrícia Duarte

• FORTALEZA, BRASÍLIA e RIO. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, ao comentar o resultado de 2,7% do PIB no trimestre, que o percentual anualizado deve chegar a 9% e que isso representa um crescimento exuberante.

— Acho que vivemos um momento de ouro neste país — disse o presidente, ao participar da solenidade pelo aniversário de cinco anos do Agroamigo, maior programa do Brasil de microcrédito rural, em evento na sede do Banco do Nordeste. — É um crescimen-

to exuberante. Acho que o Brasil merecia e precisava disso.

Ele lembrou que foi "esculhambado" quando dizia que a crise internacional seria só uma marolinha no Brasil. E comemorou o crescimento do crédito. Segundo Lula, em 2003, quando assumiu a presidência, todo o crédito disponibilizado para o Brasil foi de R\$ 380 bilhões. Hoje,

chega a quase R\$1,5 trilhão.

Já a equipe econômica comemorou o resultado com satisfação contida. Os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo, admitiram que a projeção oficial de crescimento para o ano, de 5,5%, terá que ser revista para entre 6% e 6,5%. Mantega, no entanto, frisou que não há superaquecimento, pois o ritmo da atividade está se acomodando, e os próximos trimestres não deverão repetir o resultado do primeiro.

"A trajetória é de um crescimento moderado. Caminhamos para um crescimento sustentável" disse Mantega, que está em viagem, por meio de nota. O ministro salientou que "na comparação internacional, apenas a China teve um crescimento dessa magnitude (2,7%)" e atribuiu o "o dinamismo da economia" às medidas de políticas monetária e fiscal adotadas no auge da crise.

Paulo Bernardo concordou: — Foi um Pibão! A economia já estava pronta para crescer, e

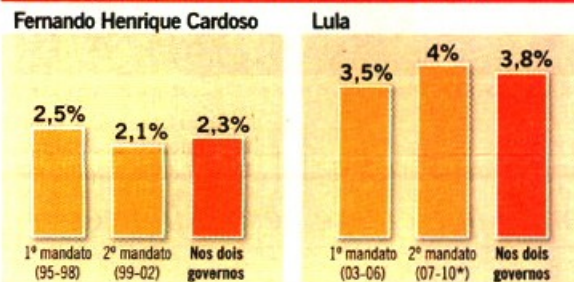


Acho que vivemos um momento de ouro neste país. É um crescimento exuberante

Presidente Lula

Compare os PIBs

O CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL EM CADA GOVERNO



FONTE:

* Considerando uma projeção de 5,5%



LULA EM evento em Fortaleza: presidente comemora oferta de crédito de quase R\$ 1,5 trilhão em seu governo

o resultado é fruto das políticas de governo. Isso deu uma resposta extraordinária.

Às vésperas de o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidir a nova Taxa Selic, Mantega lembrou que a base de comparação (o fundo do poço da crise) é baixa e valorizou a alta do investimento no primeiro trimestre, que ga-

rante a expansão da capacidade instalada, segurando pressões inflacionárias. Para se ter uma ideia da cautela de Mantega, nos seis parágrafos da nota não há menção à taxa de expansão interanual do PIB, de 9%.

Para o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles "o resultado foi particularmente importante porque o setor de

investimentos foi um dos mais atingidos pela crise."

Nos bastidores da equipe econômica, o que se diz é que o crescimento do primeiro trimestre já assegurou que a economia vai crescer entre 6% e 6,5% este ano, o que significa que o valor vai, na realidade, ser maior.

— Para este ano, teremos que refazer as contas (de cres-

O LECTOR OPINA

"Lula recebeu de FH dois pontos realmente positivos: inflação controlada e responsabilidade fiscal. Porém, Lula conseguiu fazer a economia crescer e distribuir renda"

— Enrico Visconti, em comentário no site do GLOBO

"O modelo macroeconômico herdado do governo anterior foi o maior presente recebido pelo governo Lula"

— Jorge Alberto da Cunha Rodrigues, em comentário no site do GLOBO

cimento do PIB) para 6%, está difícil dar hoje menos que 6% — disse Paulo Bernardo.

O presidente Luciano Coutinho, que participa de reunião do Institute of International Finance (IIF) em Viena, disse que os dados revelam "crescimento intenso, mas com características saudáveis" e destacou a recuperação do investimento. ■

Na média, expansão de 3,8% na era Lula

Nos dois mandatos de FH, taxa ficou em 2,3%. Crescimento maior foi no período militar

Cássia Almeida

• O crescimento forte da economia este ano, que deve ultrapassar 6% melhoraram a posição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no índice presidencial, calculado pelo economista e professor da UFRJ Reinaldo Gonçalves. Lula, que ocupava a 21ª posição no Índice de Desempenho Presidencial com a recessão de 2009, subiu para 19º lugar em 2010. A projeção de Gonçalves para este ano é até conservadora: alta de 5,45%. Na média anual, Lula chegaria a 3,8% nesses oito anos. Já o seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, registrou 2,3%.

— Lula foi favorecido pela conjuntura internacional extraordinária. Se essa variável for isolada, o comportamento é igual — afirmou Gonçalves.

Quando a análise chega a cada mandato, a comparação também é favorável ao governo Lula. Nos primeiros quatro anos de FH, a média de expansão do PIB ficou em 2,5%. No primeiro mandato de Lula,

a média foi de 3,5%.

Na análise do segundo mandato, a vantagem permanece. No segundo período de Fernando Henrique, o crescimento médio ficou em 2,1%, frente aos projetados 4% de Lula. Fernando Henrique ficou, então, com a 26ª posição.

— Ambos estão abaixo da média brasileira de crescimento de 4,5% — afirmou o economista.

Governo militar lidera crescimento no país

No estudo do economista, o presidente Garrastazu Médici, do governo militar, lidera o ranking, seguido de Deodoro da Fonseca, com alta de 10,14%. Juscelino Kubitschek está em quinto, com crescimento médio de 8,08%. Na lanterna, Floriano Peixoto (recessão anual média de 7,47%) e Fernando Collor (queda anual de 1,31%). ■

• É PRECISO CONTER 'EUFORIA E O SUPERAQUECIMENTO', na página 32

Brasileiro gasta muito na compra de medicamentos

(Simone Goldberg)

Valor Econômico

Um dos maiores problemas da saúde no país é o acesso da população a medicamentos. Caros em relação ao poder aquisitivo da maioria dos brasileiros, a facilitação desse acesso é um tema que vem sendo debatido há anos nos setores público e privado. Algumas iniciativas vingaram. Uma delas é o programa Farmácia Popular, do Ministério da Saúde, que tem 11 mil estabelecimentos, entre próprios e credenciados.

Outra é o fortalecimento do complexo industrial da saúde, com um conjunto de medidas do governo, como financiamento público, para acelerar e ampliar a produção local de remédios e outros itens para o Sistema Único de Saúde (SUS). Isso, segundo o secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães, reduzirá os gargalos apresentados pelo SUS na questão do acesso aos medicamentos, "uma vez que reduz os gastos e desenvolve a produção local", diz

Ele destaca investimentos feitos, por exemplo, nos laboratórios públicos, que receberam cerca de R\$ 400 milhões entre 2000 e 2010, sendo R\$ 330 milhões financeiramente efetivados. "O Ministério da Saúde tem o objetivo de dotar os laboratórios públicos de capacidade tecnológica de modo que eles possam cumprir sua missão atual de reguladores de mercado", diz. O ministério também apoia parcerias entre os laboratórios e empresas privadas para transferência de tecnologia.

Segundo Guimarães, as compras diretas do Ministério da Saúde de medicamentos são da ordem de R\$ 6,5 bilhões por ano. Considerando os gastos indiretos e a participação dos Estados e municípios, o valor vai a R\$ 7,8 bilhões. Há ainda desembolsos em equipamentos e materiais de cerca de R\$ 2,4 bilhões. Portanto, os gastos do Estado superam a cifra de R\$ 10 bilhões. O governo pode usar seu poder de compra para qualificar e desenvolver tecnologia no país.

Na iniciativa privada, as reclamações giram em torno da elevada carga tributária sobre medicamentos, que encarecem os produtos. "A carga no Brasil é a mais alta do mundo. Na média mundial, essa carga é de 6% a 6,5%. No Brasil, por volta de 34%", diz o presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac), Carlos Alexandre Geyer.

"O preço dos medicamentos é administrado pelo governo, assim, se houver uma queda de 15% na tributação, ele seria reduzido automaticamente na mesma proporção", observa. Enquanto isso não acontece, Geyer diz que há soluções "paliativas", como incentivos estatais para aumento de produção, e mais genéricos e similares que entram no mercado em função de patentes

extintas em breve.

Um exemplo de patente que está com os dias contados é a do Viagra, que expira em 20 de junho. No dia seguinte, seu genérico (citrato de sildenafil) começará a ser produzido pelo maior laboratório do Brasil, o EMS. A empresa foi a primeira a conquistar o registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para fabricar este item e investiu R\$ 20 milhões no desenvolvimento do seu "Viagra". O EMS precisou de três anos de pesquisas para chegar à versão brasileira da famosa pílula azul e sua estimativa é ter 50% do mercado já no final do primeiro ano de comercialização.

O Viagra brasileiro é uma boa novidade, mas as discussões sobre como levar medicamentos aos doentes são antigas e está se tornando um "círculo vicioso", segundo o presidente executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), entidade que reúne os laboratórios multinacionais, Antônio Britto. Ele ressalta que nos últimos anos o assunto vem sendo marcado por troca de acusações entre governo e indústria. O governo reclama dos preços altos e a indústria do forte peso dos tributos. "Precisamos parar a troca de acusações e encarar o problema, discutir alternativas."

Ele reconhece méritos no programa Farmácia Popular, mas diz que caminha lentamente. "São necessários mais recursos para a saúde", afirma Britto. Outra alternativa são acordos para a redução de impostos e padrões diferenciados de preço para as vendas ao governo. "No Brasil, produtos veterinários pagam menos imposto que remédio. Neste ponto, é melhor ser bicho do que ser gente."

Segundo Britto, o Brasil avançou na saúde básica, reduzindo a mortalidade infantil e ampliando a expectativa de vida. Mas não organizou uma estrutura de acesso a medicamentos. "No mundo, os medicamentos são parte do tratamento. Aqui, cerca de 75% das compras de medicamentos saem do bolso do paciente. Na Espanha, 72% das aquisições são feitas pelo governo ou pelo sistema de co-pagamento."

Esse sistema de co-pagamento, no qual o paciente arca com parte do custo - como na Farmácia Popular - deveria, na avaliação do professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Jacob Frenkel, especialista em indústria farmacêutica, ser melhor mais utilizado no país. "O mercado poderia ser mais segmentado por faixa de renda da população e quem tem uma renda maior entra com maior parcela no co-pagamento", diz. O Farmácia Popular é, em sua opinião, um programa que vem evoluindo e pode resolver boa parte dos problemas de acesso a medicamentos. Mas ressalta que a lista de remédios ainda é pequena.